ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Casa de Epitácio Pessoa"
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA

Divisão de Assistência às Comissões Permanentes
Aprovado
Presidente

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2018.

Às onze horas e dez minutos do trinta de maio do ano de dois mil e dezoito, no Plenário do Anexo da Câmara Municipal de João Pessoa, sob a presidência da deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta. Havendo número regimental, a presidente deputada Estela Bezerra declarou abertos os trabalhos da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Permanente de Constituição, Justiça e Redação, que contou com as presenças dos membros: deputada Camila Toscano; deputado Lindolfo Pires; deputado Renato Gadelha, em substituição à deputada Daniella Ribeiro e Deputado Anísio Maia, em substituição ao deputado João Gonçalves. Ato contínuo, a presidente saudou todos os presentes e em especial os professores de Espanhol, presentes nesta reunião e logo após, convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, a quem solicitou a leitura do Expediente que constou o Edital de Convocação para esta reunião e a justificativa de ausência do deputado Hervázio Bezerra. A senhora presidente informou que o deputado Jeová Campos solicitou que retirasse de pauta todos os projetos de sua autoria. Em seguida, passou a palavra para a secretária Camila Toscano que promoveu a leitura das Atas; da 8ª Reunião e duas declaratórias, da 9ª e 10ª Reunião. Postas em discussão e votação, as atas foram aprovadas por unanimidade e sem restrições. Ato contínuo, a presidente determinou a secretária que procedesse a leitura da Pauta. Iniciada a Ordem do Dia, Discussão e votação do parecer ao Veto n°

246/2018, do Governador do Estado que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1.642/2017, de autoria do Deputado Ricardo Barbosa o qual "Estabelece classificação indicativa em exposições, amostras, exibições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. " A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela rejeição do veto. Sem discussão, o veto foi mantido por maioria dos votos divergentes da relatora. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 247/2018 do Governador do Estado que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1379/2017 de autoria da Deputada Camila Toscano, o qual "Estabelece o abono de falta ao trabalho de pais ou responsáveis por alunos, para participação de reuniões oficializadas no calendário escolar". O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela manutenção do veto. Em discussão, a deputada Camila Toscano disse que não via inconstitucionalidade e votará pela derrubada do veto. Foram da mesma opinião os deputados Renato Gadelha e Anísio Maia e acrescentaram que era uma lei que irá garantir a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, sem que tenham prejuízos no trabalho. Já a deputada Estela Bezerra disse que este projeto era importante e merece a atenção, mas não era da competência do Legislativo e sim privativa do Executivo, por isso votará pela manutenção do veto. No entanto, sugeriu que fosse encaminhado um projeto de indicação para o governador. Não havendo quem quisesse discutir, em *votação, o parecer do relator teve 3 (três) votos contrários, dos deputados Anísio Maia, Renato Gadelha e Camila Toscano e 2 (dois) votos favoráveis ao parecer; dos deputados Lindolfo Pires e Estela Bezerra, ficando assim, o Veto rejeitado. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 248/2018 do Poder Executivo que veta parcial o Projeto de Lei* nº 1.661/2017, de autoria do Dep. Frei Anastácio, que "Inclui e altera dispositivos da Lei nº 10.134/2013, que trata sobre a exigência de material didático pelas escolas da rede particular de ensino básico e médio do Estado da Paraíba". O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parece pela manutenção parcial do veto. Em discussão, o deputado Anísio Maia foi de opinião que este projeto defende os pais e precisava ser melhor discutido no plenário, por isso, votará pela derrubada do veto. Já a deputada Estela Bezerra, disse que este projeto era difícil de ser aplicado na prática, por isso, feria o princípio da razoabilidade e irá se abster de votar. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o veto foi rejeitado, por 3 (três) votos contra o parecer; dos deputados Anísio Maia, Renato Gadelha e Camila Toscano, um voto a favor do parecer do deputado Lindolfo Pires e 1(uma) abstenção da deputada Estela Bezerra. Discussão e

votação do parecer ao Veto nº 249/2018 do Poder Executivo que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1.589/2017, de autoria do Deputado Caio Roberto, que "Determina que as empresas prestadoras de serviços de internet apresentem ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que informem a velocidade diária de envio e recebimento de dados entregues no mês." A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela manutenção do veto. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Foi retirado de pauta a proposta de Emenda Constitucional nº 25/2018 do deputado Jeová Campos. Dando continuidade, discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1848/2018 da Defensoria Pública do Estado da Paraíba - Aplica a revisão anual aos subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal e dá outras providências. A deputada Estela Bezerra pediu vistas. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1509/2017 do deputado Anísio Maia - Dispõe sobre a implantação da disciplina de Língua Espanhola na grade curricular da Rede Estadual de Ensino. A relatora Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, todos os deputados integrantes desta Comissão parabenizaram o autor pela importante iniciativa que permitirá os alunos da rede pública terem acesso a mais uma língua estrangeira e também, propiciou o reconhecimento aos professores desta disciplina. Na oportunidade, parabenizaram os docentes que estavam presentes, que vieram acompanhar a discussão deste Projeto. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1675/2017 do deputado Caio Roberto - Dispõe sobre a proibição de cobrança de consumação mínima em bares, boates, shows, restaurantes e congêneres. A presidente informou que este projeto já foi discutido nesta comissão e o parecer proferido pelo deputado Hervázio Bezerra foi pela constitucionalidade, que teve 2(dois) votos contra o parecer: dos deputados João Gonçalves e Daniella Ribeiro e duas abstenções, das deputadas Estela Bezerra e Camila Toscano. Nesta reunião, o deputado Lindolfo Pires votou contra o parecer, por reconhecer que era inconstitucional, pois não podiam interferir na iniciativa privada. Então, o parecer vencedor foi o divergente do relator, pela inconstitucionalidade. A presidente informou novamente que os Projetos de Lei do deputado Jeová Campos foram retirados de pauta; Projeto de lei nº 1704/2017, 1.705/2017, 1721/2017 e o de nº 1747/2017. Ato continuo, a secretária, deputada Camila Toscano deu continuidade a pauta. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1750/2018

da deputada Eliza Virgínia - Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadoras de plano ou plano ou seguro privado de assistência à saúde no caso de negativa de cobertura e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado João Gonçalves, proferiu parecer pela inconstitucionalidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. A presidente informou que o Projeto de Lei nº 1764/108 do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre a obrigatoriedade de creches, berçários, escolas maternais e similares da rede estadual e privada submeterem, monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos periódicos. Foi concedido pedido de vistas ao deputado João Gonçalves na reunião do dia 21/03/2018, como ainda pode ser adiada a discussão, não foi apreciado nesta reunião. O deputado Lindolfo Pires solicitou a presidente que fosse incluída na ordem do Dia o Projeto de Lei nº 43/2018 do Tribunal de Justiça do Estado. A presidente informou que este Projeto não chegou nesta comissão porque ainda não cumpriu os tramites legais na Casa, mas, na próxima reunião, será incluído na pauta e desde já, estava o designando relator do Projeto. Dando continuidade, a presidente solicitou inclusão de pauta dos Projetos de Lei nº 1867/2018 do Governador do Estado; nº 1864/2018 do deputado Branco Mendes; nº 1849/2018 do deputado Raniery Paulino e nº 1850/2018 do deputado Renato Gadelha. A presidente colocou em votação a inclusão de pauta e por unanimidade foi acatada. Em seguida, passou a palavra para a secretária. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1867/2018 do Governador do Estado – Institui o Dia Estadual de Controle Interno e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade, o qual, sem discussão foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1864/2018 do Deputado Branco Mendes – Concede Título de Cidadão paraibano ao senhor Anselmo Paulino da Silva e dá outras providências. A relatora Camila Toscano proferiu parece pela constitucionalidade, sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1850/2018 do Deputado Renato Gadelha – Concede Título de Cidadão paraibano ao Excelentíssimo Senhor Antônio de Pádua de Deus Andrade, Ministro da Integração Nacional, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba e dá outras providências. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1849/208 do deputado Raniery Paulino – Reconhece como Patrimônio Cultural e Material do Estado da Paraíba o São João de Santa Luzia e dá outras providências. A relatora a deputada

Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade, sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a secretaria informou que retornará para sequência normal da pauta. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1793/2018 do deputado Janduhy Carneiro - Dispõe sobre a incorporação aos vencimentos dos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da Bolsa de Desempenho Profissional instituída por meio da Lei nº 9.383, de 15 de junho de 2011, e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, o deputado Lindolfo Pires disse que este Projeto era inconstitucional, porque já entrou em vigor a lei das eleições, que não pode ser gerado despesas para o executivo. Os deputados Anísio Maia e Renato Gadelha foram de opinião que este artifício dos governos de "penalizar" os aposentados de não conceder os mesmos benefícios dos servidores ativos precisava ser melhor discutido e estava na hora de enfrentar esta discussão. O deputado Lindolfo Pires disse que a discussão neste momento não era o mérito do projeto e sim a constitucionalidade, alegou que por ser privativo do executivo estava indo de encontro com a Lei de Responsabilidade Fiscal e do período eleitoral. Acrescentou que o mérito pode ser discutido posteriormente, o projeto era meritório, porém inconstitucional. Foi da mesma opinião a deputada Estela Bezerra e acrescentou que este projeto continha vício de iniciativa, por ser da competência do poder executivo. Os deputados Anísio Maia e Renato Gadelha, defenderam que este projeto deveria ser discutido no plenário e ser apresentadas algumas emendas, para isto, a comissão teria que encaminhar para o plenário e claro, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal e o período eleitoral. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o parecer da relatora foi aprovado por 3 (três) votos dos deputados Renato Gadelha, Anísio Maia e Camila Toscano, contra 2 (dois) votos dos deputados Lindolfo Pires e Estela Bezerra. O Projeto de Lei Ordinária nº 1798/2018 da deputada Camila Toscano - Altera a Lei nº 5.123 (ITCD), de 27 de janeiro de 1989, e dá outras providências. Foi adiado a discussão a pedido da autora. Dando continuidade, discussão e votação do Projeto de Lei nº 1818/2018 do deputado Tovar Correia Lima - Revoga a Lei nº 10.365, de 02 de novembro de 2014. O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado pela maioria dos votos, tendo apenas um voto divergente da deputada Camila Toscano. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1823/2018 do deputado Inácio Falcão - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os postos de combustíveis do Estado informar aos

consumidores se a gasolina comercializada é formulada ou revisada. A deputada Estela Bezerra pediu vistas. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2018 - Dispõe sobre a responsabilidade pós-consumo da destinação de baterias automotivas no Estado da Paraíba e seus procedimentos. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1825/2018 do deputado Tovar Correia Lima - Dispõe sobre a isenção no pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos no âmbito do Estado da Paraíba, para os convocados e nomeados efetivamente trabalharem como mesários nas eleições político-partidárias, em plebiscitos e em referendos, realizados pela Justiça Eleitoral da Paraíba e dá outras providências. A relatora deputada Camila toscano, em substituição ao deputado Hervázio bezerra, proferiu parecer pela prejudicialidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1826/2018 do deputado João Bosco Carneiro - Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Trombofilia. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1828/2018 do deputado Tovar Correia Lima - Dispõe sobre a instituição da Semana de Conscientização e Valorização da Língua Portuguesa nas escolas públicas do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Trócolli Júnior, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018 do deputado Tovar Correia Lima - Institui a Campanha Março Verde, destinada ao Desenvolvimento de iniciativas sociais em prol da proteção da saúde dos animais de rua e domésticos, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1830/2018 do deputado Trócolli Júnior - Dá nova redação ao art. 5º e revoga o § 3º do art. 5º-A, da Lei nº 2.825, de 14 de abril de 1962, que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de lei nº 1831/2018 do deputado Doda de Tião - Proíbe a inclusão do terceiro dígito de centavo na cobrança do preço dos combustíveis, no

âmbito do Estado da Paraíba. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição a deputada Daniella Ribeiro, proferiu parecer pela prejudicialidade. Não havendo discussão, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1832/2018 do deputado Gervásio Maia - Reconhece de Utilidade Pública Estadual a Associação Fundação São Bento, no município de Belém-PB. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado João Gonçalves, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de lei ordinária nº 1833/2018 do deputado Frei Anastácio - Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas por emissão de 2ª via de documentos e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Hervázio bezerra, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1834/2018 do deputado Frei Anastácio - Institui o Serviço de Acupuntura e Homeopatia nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo poder público estadual e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. O parecer, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1835/2018 do deputado João Bosco Carneiro - Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Distrofia Muscular Congênita. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1836/2018 do deputado Gervásio Maia - Dispõe sobre a denominação da Escola Cidadã Integral Técnica de Guarabira, neste Estado. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. O parecer foi aprovado, sem discussão, por unanimidade. Foi retirado de pauta a pedido da autora o Projeto de Lei nº 1837/2018 da deputada Camila Toscano - Dispõe sobre a utilização de material reciclável nas decorações promovidas pelo Poder Público nas datas comemorativas, e dá outras providências. Também foi solicitado adiamento pela autora o Projeto de lei ordinária nº 1838/2018 da deputada Camila Toscano - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos profissionais e funcionários que trabalham na área da saúde apresentarem periodicamente comprovante de vacinação, no âmbito do Estado da Paraíba. APENSO PROJ 1.843/2018. Acrescentou a deputada Camila Toscano que se sentia prejudicada nesta Comissão, por não ter seus

projetos apreciados por falta de um relator presente na reunião, por isso, que pedia adiamento. Dando continuidade, discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1839/2018 do deputado Renato Gadelha - Proíbe a realização de eventos festivos pelos municípios do Estado da Paraíba, quando houver decretação do Estado de Calamidade pública. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Lindolfo Pires, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei de Resolução nº 225/2018 do deputado Tovar Correia Lima - Dispõe sobre o estágio-visita no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Lindolfo Pires, proferiu parecer pela inconstitucionalidade, por conter vício de iniciativa, sendo da competência da Mesa diretora da Casa. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Foi adiado a discussão, a pedido do autor, o Projeto de Lei nº 228/2018 do deputado Bruno Cunha Lima - Institui a Ouvidoria da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e dá outras providencias. Ato contínuo, concluída toda a pauta, a presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Lavrando a presente Ata, a redatora, Adriana de Menezes Leite, Assistente Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela presidente deputada Estela Bezerra, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 30 de maio de 2018.

Deputada Estela Bezerra
Presidente